

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

**PLANO DE ENSINO**

**PLANO DE ENSINO – PERÍODO LETIVO/ANO 2022**

**Programa: Pós-Graduação em Educação/PPGE**

**Área de Concentração: Educação**

Mestrado (X)                  Doutorado (X)

Centro: Educação, Comunicação e Artes/CECA

Campus: Cascavel

**DISCIPLINA**

Código	Denominação	Carga horária				Total
		AT <sup>1</sup>	AP <sup>2</sup>	AP S <sup>3</sup>	APC C <sup>4</sup>	
	Tópicos especiais em educação, políticas sociais e estado: trabalho, estado e políticas curriculares para a educação básica	60	---	---	---	60

(<sup>1</sup> Aula Teórica; <sup>2</sup> Aula Prática; <sup>3</sup> Atividade Prática Supervisionada; <sup>4</sup>Atividade Prática como Componente Curricular)

**Docente:** Dr<sup>a</sup> Simone Sandri

**EMENTA**

(constante no PPP vigente)

Estudo das relações entre trabalho, Estado e educação, nas dimensões dos projetos formativos propostos pelos organismos internacionais e pelas políticas curriculares para educação básica no Brasil.

**OBJETIVOS**

- 1) Estudar alguns fundamentos da divisão do trabalho e do Estado no capitalismo;
- 2) Refletir sobre os fundamentos da relação público-privado na educação;
- 3) Estudar aspectos da nova divisão internacional do trabalho e da reforma do Estado brasileiro, relacionando-os com os projetos formativos sugeridos pelos organismos internacionais e com as políticas curriculares brasileiras;
- 4) Problematizar, a partir das parcerias público-privadas em educação, as atuais políticas curriculares para educação básica e os ajustes do projeto formativo com as orientações organismos internacionais para o Brasil.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**PRIMEIRA UNIDADE:**

**1. CAPITALISMO, DIVISÃO DO TRABALHO, ESTADO E FUNDAMENTOS DA RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA EDUCAÇÃO**

**1.1 Capitalismo e divisão do trabalho;**

**Referência básica:**

MARX, Karl. Divisão do trabalho e manufatura. MARX, Karl. *In: O capital: crítica da economia política*: livro I. 22<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 391-

## **1.2 Estado e fundamentos da relação público-privado na educação;**

1.2.1 – Concepção gramsciana de Estado (sociedade política e sociedade civil);

### **Referência básica:**

GRAMSCI, Antônio. Caderno 13 (1932-1934): Breves notas sobre a política de Maquiavel. *In: Cadernos do Cárcere*, vol. 3. 3a ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 12-109.

1.2.2 Fundamentos da relação público-privado na educação – propositiva liberal.

### **Referência básica:**

FRIEDMAN, Milton. Papel do Governo na Educação. *In: FRIEDMAN, Milton. Capitalismo e liberdade*. Rio de Janeiro: LTC, 2014. p. 94-112.

## **SEGUNDA UNIDADE:**

### **2. TRABALHO, ESTADO, ORGANISMOS INTERNACIONAIS E AS POLÍTICAS CURRICULARES PARA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL (1990)**

2.1 A nova divisão internacional do trabalho e a reforma do aparelho do Estado brasileiro;

2.2 Projeto formativo dos organismos internacionais para os países da América Latina: relações com as políticas curriculares para educação básica no Brasil, anos de 1990.

### **Referência básica:**

HARVEY, David. Parte II – As contradições fundamentais. *In: 17 contradições e o fim do capitalismo e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 122-139.

## **TERCEIRA UNIDADE:**

### **3. ESTADO, PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS EM EDUCAÇÃO, ORGANISMOS INTERNACIONAIS E AS ATUAIS POLÍTICAS CURRICULARES PARA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL**

3.1 Estado e as Parcerias Público-Privadas em educação (PPPEs);

### **Referência básica:**

CÊA, Georgia Sobreira dos Santos. Parcerias público-privadas e hipertrofia do mercado na educação. **Germinal: marxismo e educação em debate**. Salvador, v.13, n.1, p.30-47, abr. 2021.

3.2 O projeto formativo dos organismos internacionais: atualizações e ajustes para o Brasil;

### **Referências básicas:**

BANCO MUNDIAL. **Um Ajuste Justo**: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. Brasil revisão das despesas públicas. Volume I: Síntese. Washington, DC: BM, Novembro de 2017. p.121-151.

BANCO MUNDIAL. **Propostas para realinhar as políticas de educação**. Superando a crise da aprendizagem com equidade. Washington, DC: BM, 2018.

BANCO MUNDIAL. **A reforma do Estado. Nota Técnica (Brasil)**. Washington, D.C., EUA, agosto de 2018.

### **3.3O projeto de educação do empresariado brasileiro e as políticas curriculares para educação básica;**

#### **Referência básica:**

TARLAU, Rebecca; MOELLER, Kathryn. O consenso por filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. **Currículo sem Fronteiras**, v. 20, n. 2, p. 553-603, maio/ago. 2020. Disponível em: <http://curriculosemfronteiras.org/vol20iss2articles/tarlau-moeller.pdf>. Acesso em: 01 out. 2020.

### **3.4 A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio: fundamentos e estruturas da atual política curricular para educação básica.**

#### **Referências básicas:**

GONÇALVES, Amanda Melchiotti. DEITOS, Roberto Antonio. Competências gerais da base nacional comum curricular (BNCC): Fundamentos teóricos e ideológicos. **EccoS – Rev. Cient.**, São Paulo, n. 52, p. 1-19, e10678, jan./mar. 2020.

BARBOSA, IVONE GARCIA; SILVEIRA, TELMA APARECIDA TELES MARTINS; SOARES, MARCOS ANTÔNIO. A BNCC da Educação Infantil e suas contradições: regulação versus autonomia. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 77-90, jan./mai. 2019. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/979/pdf>. Acesso em: 15 ago. 2020.

COSTA, Marilda de Oliveira; SILVA, Leonardo Almeida. Educação e democracia: Base Nacional Comum Curricular e novo ensino médio sob a ótica de entidades acadêmicas da área educacional. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro RJ, v. 24, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/ML8XWmp3zGw4ygSGNvbmN4p/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 de dez. 2021.

### **3.5 – Relação trabalho, Estado e BNCC: síntese.**

## **METODOLOGIA**

As aulas serão desenvolvidas por meio de diferentes atividades. Tais como: aulas expositivas, sínteses elaboradas em sala, debates e seminários temáticos.

## AVALIAÇÃO

(critérios, notas, pesos, procedimentos, instrumentos e periodicidade)

A avaliação será contínua ao processo de ensino e aprendizagem, tendo como critério básico o desenvolvimento do mestrando e do doutorando em todas as atividades propostas. A avaliação envolve:

- 1) a apresentação, durante as aulas, de suas observações/reflexões sobre o conteúdo e texto em pauta;
- 2) a elaboração de um trabalho escrito, na modalidade de artigo, discorrendo sobre um ou mais tópicos ministrados.

A média final do mestrando resulta da soma das atividades propostas, obtendo o conceito A (90-100); B (80-89); C (70-79); D (< 70), I (incompleto) e da frequência mínima obrigatória.

No decorrer e ao final da disciplina, são previstos momentos de avaliação das aulas, do professor e do desenvolvimento dos mestrandos e doutorandos.

As possíveis alterações serão definidas coletivamente após as avaliações realizadas.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

**(listagem da referência básica nas unidades didáticas)**

BANCO MUNDIAL. **Um Ajuste Justo**: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. Brasil revisão das despesas públicas. Volume I: Síntese. Washington, DC: BM, Novembro de 2017.

BANCO MUNDIAL. A reforma do Estado. Nota Técnica (Brasil). Washington, D.C., EUA, agosto de 2018.

BANCO MUNDIAL. **Propostas para realinhar as políticas de educação**. Superando a crise da aprendizagem com equidade. Washington, DC: BM, 2018.

BARBOSA, IVONE GARCIA; SILVEIRA, TELMA APARECIDA TELES MARTINS; SOARES, MARCOS ANTÔNIO. A BNCC da Educação Infantil e suas contradições: regulação versus autonomia. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 77-90, jan./mai. 2019. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/979/pdf>. Acesso em: 15 ago. 2020.

CÊA, Georgia Sobreira dos Santos. Parecerias público-privadas e hipertrofia do mercado na educação. **Germinal: marxismo e educação em debate**. Salvador, v.13, n.1, p.30-47, abr. 2021.

COSTA, Marilda de Oliveira; SILVA, Leonardo Almeida. Educação e democracia: Base Nacional Comum Curricular e novo ensino médio sob a ótica de entidades acadêmicas da área educacional. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro RJ, v. 24, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/ML8XWMp3zGw4ygSGNvbmN4p/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 de dez. 2021.

FRIEDMAN, Milton. Papel do Governo na Educação. *In*: FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. Rio de Janeiro: LTC, 2014. p. 94-112.

GONÇALVES, Amanda Melchiotti. DEITOS, Roberto Antonio. Competências gerais da base nacional comum curricular (BNCC): Fundamentos teóricos e ideológicos. **EccoS – Rev. Cient.**, São Paulo, n. 52, p. 1-19, e10678, jan./mar. 2020.

GRAMSCI, Antônio. Caderno 13 (1932-1934): Breves notas sobre a política de Maquiavel. *In*: **Cadernos do Cárcere**, vol. 3. 3a ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 12-109.

HARVEY, David. Parte II – As contradições fundamentais. *In*: **17 contradições e o fim do capitalismo e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 98-223

MARX, Karl. Divisão do trabalho e manufatura. MARX, Karl. *In*: **O capital: crítica da economia política**: livro I. 22ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 391-424.

SILVA, Monica Ribeiro. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.34, p. 1-15, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edur/v34/1982-6621-edur-34-e214130.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.

TARLAU, Rebecca; MOELLER, Kathryn. O consenso por filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. **Currículo sem Fronteiras**, v. 20, n. 2, p. 553-603, maio/ago. 2020. Disponível em: <http://curriculosemfronteiras.org/vol20iss2articles/tarlau-moeller.pdf>. Acesso em: 01 out. 2020.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ADRIÃO, Theresa, PERONI, Vera (orgs.). **Público e privado na educação: novos elementos para o debate**. São Paulo: Xamã, 2008.

ADRIÃO, Theresa. PERONI, Vera. A educação pública e sua relação com o setor privado: implicações para a democracia educacional. **Revista Retratos da Escola**, Brasília-DF, v.3, n. 4, p. 107-116, 2009. Disponível em: <http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/105/294> f. Acesso em: 05 mai. 2014.

ADRIÃO, Theresa. Escolas *charters* nos EUA: contradições de uma tendência proposta para o Brasil e suas implicações para a oferta da educação pública. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 28, n. especial, p. 263-282, 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/24613/15303>. Acesso em: 12 jun. 2015.

AFONSO, Almerindo Janela. Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável. Crítica à accountability baseada em testes estandardizados e rankings escolares. **Revista Lusófona de Educação**. Lisboa-Portugal, v.13, p.13-29. 2009.

Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rle/n13/13a02.pdf> Acesso em: 10 mai. 2015.

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. SILVA, Sidney Reinaldo. La perspectiva epistemológica marxista de Gramsci Y la investigación de políticas educacionales. Su vinculación com el rol de la universidad. In: TELLO, Cesar (Coord. Y compilador). **Epistemologias de la política educativa: posicionamientos, perspectivas y enfoques**. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2013. p. 269-297.

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. 5ª ed. São Paulo: Cortez & Editora da UNICAMP, 1998.

AREND, Marcelo. A industrialização do Brasil ante a nova divisão internacional do trabalho. In: CALIXTRE, André B.; BIANCARELLI, André M.; CINTRA, Marcos A.. *In: Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: IPEA, 2014. p. 375-421.

ARONSON, Paulina Perla. El retorno de la teoría del capital humano. Fundamentos en humanidades. **Univesidad Nacional de San Luis**, Argentina, ,Año VIII, n. II, (16/2007), p. 9-26, 2007. Disponível em: <http://fundamentos.unsl.edu.ar/pdf/articulo-16-9.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2015.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 15 de dez. 2013.

BRASIL. MARE. Câmara da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: DF: MARE, CRE, 1995. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>. Acesso em: 20 out. de 2012.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, DF: Senado Federal, [1996]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 15 dez. 2013.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 01 de out. 2020.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais (terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental)**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/introducao.pdf>. Acesso em: 01 de out. 2020.

BRASIL. **RCNI - Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília-DF: MEC/SEF, 1998. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei\\_vol1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf). Acesso em: 03 abr. 2018.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 22/1998**. Brasília: MEC/SEF, 1999. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/parecer\\_ceb\\_22.98.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/parecer_ceb_22.98.pdf)>. Acesso em: 03 abr. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. **Resolução 03/98. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília, CNE/CEB, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CEB nº 4/98. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, DF: MEC/CNE, 1998.

BRASIL. **Resolução CEB nº 1/99**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de abril de 1999. Brasília: MEC/SEF, 1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0199.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília. MEC/SEMTEC, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Orientações Curriculares do Ensino Médio**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Departamento de Políticas de Ensino Médio. Brasília, DF: MEC, 2004.

BRASIL. **Parecer MEC/SEF nº 20/2009**. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb020\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb020_09.pdf)>. Acesso em: 03 abr. 2018.

BRASIL. **RESOLUÇÃO MEC/SEF nº 5/2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009. Disponível em: <[http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005\\_2009.pdf](http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf)>. Acesso em: 03 abr. 2018.

BRASIL. **RESOLUÇÃO MEC/SEF nº 6/2010**. Define Diretrizes Operacionais para a matrícula no Ensino Fundamental e na Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 21 de outubro de 2010. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6886-rceb006-10&category\\_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6886-rceb006-10&category_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 03 abr. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. **Parecer CNE/**

**CEB nº 5, de 4 de maio de 2011.** Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio., Brasília, DF, 24 jan. 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 2**, de 30 de janeiro de 2012. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF, 31 jan. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 10 ago. 2015

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei 13.005/2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação 2014-2024. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html> Acesso em: 18 jul. 2018.

BRASIL. **Medida Provisória MPV 746/2016.** Brasília, 22 de setembro de 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm) Acesso em: 20 jul. 2018.

BRASIL. **Lei 13.415/17.** Altera as Leis 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e 11.494/07 que regulamenta o FUNDEB e dá outras providências. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html> Acesso em 20 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular.** Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 20 jul. 2018.

BRASIL . **Base Nacional Comum Curricular. Ensino Médio.** Brasília: MEC. Versão entregue ao CNE em 03 de abril de 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC\\_EnsinoMedio\\_embaixa\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site.pdf). Acesso em: 04 abri 2018.

CALIXTRE, André B.; BIANCARELLI, André M.; CINTRA, Marcos A. **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro.** Brasília: IPEA, 2014. p. 375-421.

CÊA, Georgia Sobreira dos Santos. Mediações entre crise do capital e parcerias público-privadas em educação: elementos para discussão. *In*: Colóquio Internacional Marx e o marxismo, de O capital à Revolução de Outubro (1867-1917). 24 a 27 de agosto, 2017, UFF: Niterói, RJ, 2017. Mesa coordenada 23. **Crise do capital, recomposição**

**burguesa e reconfiguração das políticas públicas de formação humana.** Niterói, RJ, Colóquio Internacional Marx e o marxismo, de O capital à Revolução de Outubro (1867-1917), 2017, s/p. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2017/anais2017/MC23/mc233.pdf>. Acesso em: 01 out. 2020.

CEPAL/UNESCO. **Educação e conhecimento:** eixo da transformação produtiva com eqüidade. Brasília, DF: IPEA/CEPAL/INEP, 1995, p. 17-42, (Apresentação, p. 3-13; Capítulo: O desenvolvimento Latino-Americano e a proposta de transformação produtiva com eqüidade, p. 17-40).

CEPAL/UNESCO. **La protección social de cara al futuro:** Acceso, financiamiento y solidaridad. Montevideo, Uruguay: Naciones Unidas: CEPAL, 2006.

CUNHA, L. A. Ensino médio: atalho para o passado. Educação e Sociedade, Campinas, v. 38, n. 139, p. 373-384, abr./jun. 2017. Disponível em: . Acesso em: 10 out. 2017.

DEITOS, R. A. Ensino Médio e profissional e seus vínculos como BID/BIRD: os motivos financeiros e as razões ideológicas da política educacional. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000.

DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da comissão internacional. São Paulo: Cortez, 1999.

DOURADO, L. F.; PARO, V.H. (orgs.). Políticas públicas & educação básica. São Paulo: Xamã, 2001.

FERREIRA, E. B.; SILVA, M. R. Centralidade do ensino médio no contexto da nova "ordem e progresso". Educação e Sociedade, Campinas, v. 38, n. 139, p. 287-291, abr./jun. 2017. Disponível em: . Acesso em: 10 out. 2017.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade.** Rio de Janeiro: LTC, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a05v24n82.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020

GALIAN, Cláudia Valentina Assumpção. Os PCN e a elaboração de propostas curriculares no Brasil. Cadernos de Pesquisa, vol. 44, no. 153, São Paulo, Jul.-Sep., 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v44n153/a09v44n153.pdf>. Acesso em: 01 de out. 2020

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 3. 3a ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 12-109.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna.** 11a ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**: livro I. 22ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MARTINS, Erika Moreira. **Movimento Todos Pela Educação: um projeto de nação para a educação brasileira**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação, 2013. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000915751&fd=y>. Acesso em: 05 de abril de 2015.

MELO, Alessandro de. **O projeto pedagógico da Confederação Nacional da Indústria para a Educação Básica nos anos 2000**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2010.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

ORNELLAS, Janaína Farias de Ornellas; SILVA, Luana Cristeinsen. O ensino fundamental da BNCC: proposta de um currículo na contramão do conhecimento. **Rev. Espaço do Currículo (online)**, João Pessoa, v.12, n.2, p. 309-325, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec/article/view/ufpb.1983-1579.2019v12n2.43516>. Acesso em: 20 ago. 2020.

ROBERTSON, Susan. VERGER, Antoni. A Origem das parcerias público-privada na governança global da educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, out.-dez. 2012 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n121/a12v33n121.pdf>. Acesso em: 5 de mai. 2015.

ROBERTSON, Susan. DALE, Roger. Regulação e risco na governação da educação. Gestão dos problemas de legitimação e coesão social em educação nos estados competitivos. In: **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 15, Universidade do Porto, Portugal, 2001, p. 117-147. Disponível em: <http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC15/15-7-roberston.pdf>. Acesso em: 5 de mai. 2015.

SANDRI, Simone. A relação público-privado no contexto do Ensino médio brasileiro: em disputa a formação dos jovens e a gestão da escola pública. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2016. Disponível em: [http://www.ppge.ufpr.br/teses%20d2016/d2016\\_Simone%20Sandri.pdf](http://www.ppge.ufpr.br/teses%20d2016/d2016_Simone%20Sandri.pdf). Acesso em: 10 de out. 2020.

SANDRI, Simone; SILVA, Monica Riberio da. O Programa Jovem de Futuro do Instituto UNIBANCO para o ensino médio: decorrências do imbricamento entre público e privado. **Revista Contrapontos (Eletrônica )**, vol. 19, nº 2, Itajaí, jan-dez, 2019, p. 28-50.

SANDRI, Simone. O Programa de Expansão, Melhoria e Inovação do Ensino Médio do Paraná – PROEM e os seus efeitos sobre o curso do magistério: movimentos de adesão e de resistência. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2007.

SANDRI, Simone. Reforma do ensino médio e tendências para formação e/ou carreira docente. Temas & Matizes, Cascavel, v. 11, n. 21, p. 127 – 147, jul./dez. 2017. Disponível em: file:///C:/Users/Simone/Documents/UNIOESTE/Publica%C3%A7%C3%B5es%202017/Temas%20e%20Matizes/18607-67994-1-PB.pdf. Acesso em: 10 mar. 2018.

SMITH. Adam. **A riqueza das ações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996.

SHIROMA, Eneida Oto. MORAES, Maria Célia M., EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. 2a ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

VIEIRA, Evaldo. **A república brasileira (1951-2010) de Getúlio a Lula**. São Paulo: Cortez, 2015.

**Data:** 03 de março de 2022.



Assinatura do docente proponente

**COLEGIADO DE CURSO (APROVAÇÃO)**

Ata nº 003 de 03/03/2022



Coordenadora Isaura Monica Souza Zanardini

Assinatura

**CONSELHO DE CENTRO (HOMOLOGAÇÃO)**

Ata nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Diretor de Centro:

\_\_\_\_\_  
Assinatura

Encaminhada cópia à Secretaria Acadêmica em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome/Assinatura